



II CONGRESSO NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

RACISMO NO SUS: O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Rebecca Nascimento da Silveira Gomes

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Juliana de Fatima da Conceição Veríssimo Lopes

Nutricionista pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro- RJ

Nerivaldo Gomes Feitosa Júnior

Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina- PI

Fabiana Fonseca Pereira

Enfermeira pela Universidade Universidade Iguazu - UNIG, Rio de Janeiro- RJ

Leandra Rafaela Alencar de Melo

Nutricionista pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina- PI

INTRODUÇÃO: O racismo estrutural é um fenômeno social profundamente enraizado nas instituições e práticas da sociedade brasileira, manifestando-se de diversas formas, especialmente no âmbito da saúde pública. Este contexto é particularmente alarmante quando observa-se a realidade das mulheres negras no Sistema Único de Saúde (SUS), que enfrentam desigualdades inerentes ao acesso e qualidade dos serviços de saúde, e violência obstétrica, uma forma de discriminação que agrava ainda mais sua vulnerabilidade. **OBJETIVO:** Investigar o impacto do racismo estrutural na saúde pública, com foco na realidade das mulheres negras no SUS. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão narrativa elaborada através de pesquisa nos bancos de dados PubMed e Google Scholar. Como estratégia de busca utilizou-se palavras-chave articuladas por operadores booleanos, resultando na estratégia de busca: (Violência Obstétrica OR Obstetric Violence) AND (Racismo Estrutural OR Systemic Racism) AND (Saúde Pública OR Public Health). Foram incluídos 6 artigos disponíveis integralmente online, em português ou inglês, publicados nos últimos 5 anos (2019-2024), excluindo-se artigos duplicados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Verificou-se que a interseção entre discriminação racial, gênero e práticas de saúde apresenta elevada complexidade, sendo a violência obstétrica vivenciada por mulheres negras o reflexo de um sistema de saúde que perpetua desigualdades históricas e sociais. Além disso, atos de desumanização, falta de consentimento informado e a imposição de procedimentos invasivos afeta a qualidade do atendimento e a saúde física e mental dessas mulheres, que relatam traumas psicológicos, ansiedade e depressão, sendo necessário a capacitação dos profissionais em temas como interseccionalidade, direitos humanos e práticas de cuidado respeitadas. Por sua vez, a falta de uma conceituação clara e de base legal que reconheça a violência obstétrica como uma violação dos direitos fundamentais agrava essa situação, tornando essencial a criação de políticas públicas que abordem essas questões de forma eficaz. Adicionalmente, a participação ativa das mulheres negras na formulação de políticas de saúde, com a inclusão de suas vozes e experiências nas discussões sobre saúde pública, reflete em políticas representativas e eficazes, enquanto o fortalecimento de redes de apoio e advocacy pode ajudar a empoderar essas mulheres, permitindo que reivindiquem seus direitos e exijam um atendimento de qualidade. Por fim, o SUS deve incorporar as desigualdades raciais e de gênero em suas políticas e práticas, promovendo diretrizes que garantam a equidade no atendimento e a promoção de ações afirmativas, visando a construção de um sistema de saúde que respeite e valorize a diversidade da população brasileira. **CONCLUSÃO:** Portanto, a perpetuação de práticas discriminatórias e os resultados dessas práticas na saúde física e mental de mulheres negras revelam a urgência de abordar as interseções entre raça, gênero e saúde no âmbito do SUS. A educação e sensibilização dos profissionais de saúde, aliadas à participação ativa das mulheres negras na formulação de políticas públicas, são essenciais para promover um atendimento humanizado e equitativo. Assim, é imperativo que o SUS se comprometa a enfrentar as desigualdades raciais e de gênero, garantindo que todas as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde dignos e respeitosos, contribuindo para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Sistema Único de Saúde; Violência obstétrica.

REFERÊNCIAS:

ALVAREZ, T. S.; GONZAGA, A. L. T. A.; AGUIAR, G. P. A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA, UMA QUESTÃO DE GÊNERO E RAÇA. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 192–204, 2024.

RESENDE, A. L.; FRANÇA, J. M. L. RACISMO E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A PROTEÇÃO INTERSECCIONAL DA MULHER. **Interfaces Científicas - Direito**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 37–54, 2021. DOI: 10.17564/2316-381X.2021v8n3p37-54.

SANTOS, F. B.; SILVA, S. L. B. Gênero, raça e classe social: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1847-1873, 2022. DOI: 10.1590/2179-8966/2022/68967.

SANTOS, J. F. A. Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [s. l.], v. 19, n. 47, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56082.

SILVA, J. M. *et al.* Violência obstétrica: racismo estrutural e patriarcalismo como fatores que invisibilizam o sofrimento de mulheres negras. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 13313–13333, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n4-110.